

O LEGADO DA DEPENDÊNCIA CULTURAL NA LITERATURA BRASILEIRA: UM ESTUDO DO CONTO “ATRAVESSANDO O PSICODRAMA DA LOURA FAKE”, DE HENRIQUE PIMENTA

*Altamir Botoso**

*Betania Vasconcelos da Cruz Fraga***

RESUMO: Neste artigo, objetivamos estudar alguns aspectos da sociedade colonial brasileira e serão apontadas apenas algumas das características históricas e culturais do legado da colonização referente à literatura, tais como a cultura do favor e a dependência cultural europeia. Como suporte teórico, utilizamos as obras e estudos de Antonio Candido (2006), Roberto Schwarz (1992) e Mikhail Bakhtin (1989, 2006, 2014). Faremos um comentário do capítulo XX de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis (1994), seguido da análise do conto o conto “Atravessando o psicossamba da loura fake” de Henrique Pimenta (2016), enfatizando questões do favor e dependências contidas nessas narrativas. Em síntese, observamos que as questões apresentadas perpetuam-se em obras do século XXI, revelando que traços do Brasil colônia mantêm-se na ficção brasileira contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Dependência cultural; Patriarcado; Henrique Pimenta; Machado de Assis; Conto.

Considerações iniciais

O Brasil Colônia era dominado pelo colonizador europeu que promovia tanto seu modelo econômico e político, como também o controle total da língua e cultura. A dependência e subordinação ocorria em todas as áreas, e também a exploração das riquezas e da força de trabalho. A economia estava presa ao capitalismo europeu e assentada sobre o trabalho escravo. Concernente à educação, de acordo com Antonio Candido, no Brasil colonial, todos os homens cultos eram formados na Europa, ou formados à portuguesa,

* Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis (Unesp). Professor de Língua Espanhola da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems).

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), campus de Campo Grande-MS.

iniciando-se com instrumentos expressivos conforme os moldes dos europeus. Suas atividades intelectuais eram destinadas a certo grupo, de acordo com as necessidades administrativas ou religiosas.

Em síntese, segundo Alfredo Bosi (1992), pode-se dizer que a formação colonial no Brasil vinculou-se, economicamente, aos interesses dos mercadores de escravos, de açúcar, de ouro; politicamente, ao absolutismo e ao mandonismo rural, que engendrou um estilo de convivência patriarcal e estamental entre os poderosos e escravista ou dependente entre os subalternos. Nesse sentido, percebe-se a importância do elemento estrangeiro, conforme afirmação de Bakhtin (2006, p. 102-103):

o fato de que a linguística e a filologia estejam voltadas para a palavra estrangeira não é produto do acaso ou de uma escolha arbitrária da parte dessas duas ciências. Não, essa orientação reflete o imenso papel histórico que a palavra estrangeira desempenhou no processo de formação de todas as civilizações da história. Esse papel foi conferido à palavra estrangeira em todas as esferas da criação ideológica, desde a estrutura sociopolítica até o código de boas maneiras. A palavra estrangeira foi, efetivamente, o veículo da civilização, da cultura, da religião e da organização política [...].

Dessa forma, compreende-se o papel da Europa como centro irradiador de ideias e elementos culturais para as nações americanas como é o caso do Brasil e dos demais países da América Latina. Os jovens dessas nações eram enviados para estudar em países Europeus, como Portugal e França e o povo brasileiro nutria-se e se pautava pelo que havia no continente europeu: literatura, ideias políticas, moda etc. A partir do século XIX, surgem os primeiros escritores formados no Brasil e sendo a literatura o reflexo da sociedade de determinada época, suas obras resumiam-se basicamente à seguinte tipologia: sermão, relatório, polêmica ou catequese, fechando-se na fronteira de pequenos grupos letrados ligados às classes dominantes.

De acordo com Candido (2006, p. 101), procurando sintetizar estas condições, poderíamos dizer que as manifestações literárias, ou de tipo literário, realizaram-se no Brasil até a segunda metade do século XVIII, sob o signo da religião e da transfiguração. Segundo Bakhtin (2006), no processo da relação social, todo signo é ideológico e, portanto, também

o signo linguístico vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinado. Dessa maneira, conforme Candido (1989, p.6), a literatura brasileira e seus escritores apresentam as seguintes peculiaridades:

A penúria cultural fazia os escritores se voltarem necessariamente para os padrões metropolitanos e europeus em geral, formando um agrupamento de certo modo aristocrático em relação ao homem inculto. Com efeito, na medida em que não existia público local suficiente, ele escrevia como se na Europa estivesse o seu público ideal, e assim se dissociava muitas vezes da sua terra. Isto dava nascimento a obras que os autores e leitores consideravam altamente requintadas, porque assimilavam as formas e valores da moda europeia. Mas que, pela falta de pontos locais de referência, podiam não passar de exercícios de mera alienação cultural [...]. Lembremos outro aspecto de aristocratismo alienador, que no tempo parecia refinamento apreciável: uso de línguas estrangeiras na redação das obras.

A partir do século XIX, o Brasil entrou numa fase de valorização do nacionalismo. Os escritores que buscavam resgatar a nacionalidade, buscavam-na a partir de um olhar nacional e local, através da natureza e do índio, que eram as únicas coisas autênticas que se possuía na época. A emancipação da cultura brasileira se deu praticamente no Romantismo, após 1830. À vista disso, a personalidade nacional foi se construindo aos poucos e tomando consciência de sua diversidade. Candido (2006, p.117) pontua que

na lenta maturação da nossa personalidade nacional, a princípio não nos destacávamos espiritualmente dos nossos pais portugueses. Mas, à medida que fomos tomando consciência da nossa diversidade, a eles nos opusemos, num esforço de autoafirmação, enquanto, do seu lado, eles nos opunham certos excessos de autoridade ou desprezo, como quem sofre ressentimento ao ver afirmar-se com autonomia um fruto seu. A fase culminante da nossa afirmação — a Independência política e o nacionalismo literário do Romantismo — se processou por meio de verdadeira negação dos valores portugueses, até que a autoconfiança do amadurecimento nos levasse a superar, no velho diálogo, esta fase de rebeldia. Tomada de consciência, portanto, como rebeldia de um lado e despeitado menosprezo de outro. Os respectivos estereótipos se formaram lentamente.

A tomada de consciência, o amor pela pátria que florescia, o esforço de autoafirmação são muito relevantes, e apesar de a literatura brasileira repetir os moldes do padrão europeu e inúmeras influências, já se tinha a consciência das dependências diversas que o país tinha em diferentes áreas e os intelectuais da época buscavam encará-las e superá-las, procurando desenvolver uma literatura compromissada com o nacionalismo. Sob esse viés, nasceu uma literatura com fortes características regionais, captando as condições primitivas. O novo mundo sofria mudanças e transformações buscando sua própria identidade. Ainda de acordo com Candido (2006, p.118-119),

na literatura brasileira há dois momentos decisivos que mudam os rumos e vitalizam toda a inteligência: o Romantismo, no século XIX (1836-1870), e o ainda chamado Modernismo, no século XX (1922-1945). Ambos representam fases culminantes de particularismo literário na dialética do local e do cosmopolita; ambos se inspiram, não obstante, no exemplo europeu. Mas, enquanto o primeiro procura superar a influência portuguesa e afirmar contra ela a peculiaridade literária do Brasil, o segundo já desconhece Portugal, pura e simplesmente: o diálogo perdera o mordente e não ia além da conversa de salão. Um fato capital se torna deste modo claro na história da nossa cultura; a velha pátria mãe deixara de existir para nós como termo a ser enfrentado e superado. O particularismo se afirma agora contra todo academismo, inclusive o de casa, que se consolidara no primeiro quarto do século XX, quando chegaram ao máximo o amaciamento do diálogo e à conseqüente atenuação da rebeldia.

Do mesmo modo que a Europa atravessou grandes revoluções, principalmente a industrial e a ascensão da burguesia, aqui no Brasil, a grande ascensão foi na área da literatura. Ela manifestava a dialética dos descontentes, pois o quadro existente aqui deixava os filhos da pátria inconformados, formando pensamentos críticos concernentes ao modo de vida existente aqui. O Brasil era uma colônia de poder agrário, latifundiário e escravista. A explorada colônia possuía a cultura do outro. E a literatura recriou uma realidade a partir de visões revolucionárias com base no sentimento nacionalista. Esse sentimento buscava outra maneira de viver e de saber. A respeito do movimento romântico, Bakhtin (2006, p.112) tece o seguinte comentário:

[...] O romantismo foi, em grande medida, uma reação contra a palavra estrangeira e o domínio que ela exerceu sobre as categorias do pensamento. Mais particularmente, o Romantismo foi uma reação contra a última reincidência do poder cultural da palavra estrangeira; as épocas do Romantismo e Classicismo. Os primeiros românticos foram os primeiros filólogos da língua materna, os primeiros a tentar reorganizar totalmente a reflexão linguística sobre a base da atividade mental em língua materna, considerada como meio de desenvolvimento da consciência e do pensamento. [...] Estava além de suas forças, com certeza, reestruturar uma maneira de pensar sobre a língua que se formara e mantivera durante séculos.

Assim sendo, os jovens de famílias ricas que iam estudar na Europa voltavam com ideologias liberais, e essas ideologias se chocavam com a realidade existente no país e a escravidão indicava a impropriedade dessas ideias. Na Europa, vivia-se o capitalismo burguês, criava-se uma massa de consumidores, buscava-se a igualdade perante a lei, que se baseava nos seguintes ideais: liberdade, igualdade e fraternidade. Porém, essas ideologias não passavam de aparências, pois o homem branco sem senhor continuava sendo explorado da mesma forma que o negro aqui no Brasil.

Segundo Bosí (2006, p. 16), acentua-se a função da produtividade que requer um domínio sistemático do homem sobre a matéria e sobre outros homens. Aculturar um povo se traduziria, afinal, em sujeitá-lo ou, no melhor dos casos, adaptá-lo tecnologicamente a um certo padrão tido como superior. Em certos regimes industrial-militares, essa relação se desnuda sem pudores. Tentando-se produzir e controlar o trabalhador e o consumidor, eventualmente cidadãos, a economia já se torna política em estado bruto. Saffioti (1987, p.41) entende que

o capitalismo é um sistema de produção baseado na exploração da mão-de-obra assalariada, com o auxílio de tecnologia crescentemente sofisticada. Nas sociedades escravocratas e feudais, os pobres também eram explorados. Nas primeiras, os escravos nem sequer eram considerados pessoas. Eram tidos como coisas de propriedade de um punhado de senhores, que levavam vida ociosa. Nas segundas os servos deviam obediência e lealdade absoluta aos seus senhores, que não tinham obrigação de trabalhar, e tinham até o direito de deflorar as noivas antes que seus maridos pudessem recebê-las para a vida conjugal. Nestes dois tipos de sociedade, as pessoas não eram,

nem na prática, nem na lei, consideradas iguais. Ao contrário, eram socialmente desiguais, tendo o senhor direito de vida ou de morte sobre seus escravos.

Dentro desse mesmo contexto, no Brasil escravista, a produção dependia da disciplina e da violência para fazer a economia girar. Além do mais, a discrepância entre as ideias eram amplas, cada uma a seu modo. De um lado, a sociedade brasileira escravocrata, de outro, as ideias liberais vindas do velho continente. Neste caso, a falta de conhecimento da própria cultura e de suas próprias características fez com que tudo fosse copiado. As instituições e visão de mundo eram todas importadas, e a realidade brasileira chocava-se com os moldes europeus. Schwarz (1992, p.14), a este propósito, esclarece que

a contradição do liberalismo brasileiro em uma sociedade escravocrata era vasto, existia um falso liberalismo que engendrava um jogo das relações sociais. O Brasil vivia uma condição degradante, de um lado os pensamentos liberais vindos da Europa e de outro a escravidão e a exploração. [...] o escravo era uma filantropia enquanto que na Europa o modelo da escravidão era disfarçado. A realidade europeia também continha uma falsa ideologia. A ideologia era mais teoria que prática, o trabalho livre fazia a economia girar em torno dela, enquanto o trabalho escravo não.

Neste sentido, a colonização produziu três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Na realidade brasileira da época colonial, esses homens livres “dependentes” necessitavam da sociedade para sua sobrevivência, uma vez que não sendo nem proprietários nem proletários, seu sustento dependia basicamente da troca do favor, e assim, foi instituído o “jeitinho brasileiro de ser”, segundo o qual os interesses individuais estavam acima do bem comum. E também havia uma falsa realidade nas diversas áreas: política, comércio, indústria, profissionais liberais etc.

Portanto, esses profissionais estavam sempre em dívida com seus senhores, seja por agradecimento ou pelo favor. Ninguém dizia nada, uma vez que todos viviam baseados nas relações de favores, fazendo do favor um elemento ideológico. E dessa maneira, mais uma vez, entrando em conflito com as ideias liberais, pois o homem branco livre necessitava da

troca de favores para sua subsistência e nesse caso, era mais uma forma de o colonizador manter o controle de seus “escravos brancos”.

Diante disso, o que não faltava naquela época era a ausência de ética e moral, já que a burguesia tinha a falsa impressão de viver em um ambiente europeizado, porém esse ambiente era cheio de atritos com sua realidade, era uma incoerência generalizada. No Brasil, o país basicamente vivia da produção agrícola, mas a elite procurava disseminar a cultura europeia criando ambientes urbanos para se ter a impressão de viver na Europa. Assim sendo, essa mesma influência sofreu a literatura brasileira, com a imitação consciente dos padrões europeus. Candido (2006, p.116-117), a este propósito, enfatiza que

a nossa literatura, tomado o termo tanto no sentido restrito quanto amplo, tem, sob este aspecto, consistido numa superação constante de obstáculos, entre os quais o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado, desenvolve em face de velhos países de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes. O intelectual brasileiro, procurando identificar-se a esta civilização, se encontra, todavia ante particularidades de meio, raça e história nem sempre correspondentes aos padrões europeus que a educação lhe propõe, e que por vezes se elevam em face deles como elementos divergentes, aberrantes.

A população brasileira tinha uma ânsia coletiva de sustentar componentes europeus na sua formação, uma vez que as perspectivas sociais e geográficas eram distintas, os padrões de comportamento da época entravam em conflito com a realidade. O povo não tinha consciência da diversidade e singularidade existente no país e, de acordo com Schwarz (1992, p. 19), a literatura era um labirinto singular, uma espécie de oco dentro do oco. Porém para esse estudioso, na área das letras, Machado de Assis seria mestre, conforme defendeu em muitas de seus escritos a respeito da ficção do Bruxo do Cosme Velho.

A dependência retratada pela ficção: no passado e na atualidade

Machado de Assis, oriundo de uma família pobre, porém com relações sociais e contato com a política e com a literatura, cria em 1881 *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, obra que pode ser tomada como uma história de vanguarda, considerando-se que quase oitenta por cento da população brasileira da época era analfabeta. Com personalidade inovadora, Machado tinha um conhecimento das relações sociais da época por experiência própria. Tinha a compreensão do universal e do particular desenvolvendo uma vertente crítica dentro de *Memórias Póstumas*, ao tratar da disparidade entre a sociedade brasileira escravista e as ideias do liberalismo europeu que eram bastante evidentes. Machado faz uma análise das relações humanas buscando o novo, a partir de uma situação concreta pela qual o Brasil vinha passando. Procura, dessa forma, retratar a libertação do sujeito brasileiro das amarras europeias.

Memórias póstumas de Brás Cubas reflete o mundo das aparências sociais, a dependência da classe dominante da cultura europeia, visto que os afortunados enviavam seus filhos para se formarem na Europa. Apesar de o ensino brasileiro ser marcado pela precariedade, Brás Cubas debocha da educação medíocre que recebeu em Portugal. Machado faz uma análise exaustiva das relações humanas, criticando a inutilidade do conhecimento e o paternalismo do favor, contudo, a liberdade que o personagem Brás Cubas almejava, era a mesma liberdade de muitos jovens da época, a liberdade de não fazer nada, a liberdade do privilégio que só a elite possuía.

No capítulo XX, “Bacharelo-me”, no referido romance, Brás narra sua ida a Europa. Antes disso, o personagem narrador relata a sua vida boêmia. Ele gastou recursos da família com Marcela, passou dias de delírio, dando-lhe joias sem preço. Ele tinha uma vida sem disciplina, seu pai, para dar um basta à situação, tomou a resolução mais comum da época; mandar o filho a Europa, para estudar leis e garantir o título de bacharel. Cursando direito na universidade em Coimbra, Brás conta que a universidade o esperava com suas matérias árduas; estudou muito mediocrementemente, e nem por isso perdeu o grau de bacharel.

Após os anos exigidos para se formar, ele participa de uma bela festa, que o encheu de orgulho e de saudades, pois tinha conquistado em Coimbra a fama; era um acadêmico vadio, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo praticando um liberalismo teórico. No dia em que a universidade lhe deu o diploma e consciente de que ele estava longe de trazer arraigada no cérebro o aprendizado que o curso e a profissão exigiam, confessou que se achou de algum modo desapontado, ainda que orgulhoso. Explicou que o diploma era uma carta de alforria; se lhe dava liberdade, dava-lhe também responsabilidade. Guardou o diploma e ficou bastante aflito, mas sentido já uns impulsos, uma curiosidade, um desejo de provocar os outros, de agir, de gozar, de viver, de prolongar a universidade pela vida adiante.

Com relação a essa situação vivida pelo personagem Brás Cubas, e também o fato de ele escrever sua própria “autobiografia”, é válido ressaltar uma observação de Roger Chartier (apud LIMA, 2015, p 2), ao afirmar que

a linguagem escrita é um tipo de comunicação que ganha materialidade e exige um saber especializado para sua produção técnica que foram controlados pelas elites em boa parte da história da humanidade. A trajetória dos textos escritos lhes atribuía uma autoridade especial, faziam dos livros, mesmo quando não eram lidos, amuletos ou símbolos de status social, riqueza, e erudição que se podia exibir.

Neste sentido, fazendo uma comparação com os jovens brasileiros do século passado, já que iam estudar na Europa como sinal de *status* para as famílias imponentes da época, mesmo que o diploma trazido ao Brasil não fosse sinônimo de conhecimento, no entanto, a educação gerava regalias, destacando o indivíduo perante outros, diante de uma colônia habituada à tirania e carência de liberdade mediante as disciplinas intelectuais “aprendidas” na Europa. A função da educação era manter privilégios.

De fato, formou-se uma cultura de controle, socialmente construída em torno da elite que usava a educação como forma de domínio para se manter no poder. Visto que já possuía o diploma de bacharel, Brás Cubas tinha consciência apurada, ele sabia que era de uma classe prestigiada. Ele falava com sarcasmo de sua educação europeia, que lhe gerou

uma situação social falsa, sabia que os estudos na Europa não mudaram em nada seu comportamento farrista, contudo, já havia conquistado sua alforria.

A situação vivenciada por Brás Cubas no século XIX, assemelha-se a da protagonista Valentina do conto “Atravessando o Psicossamba da louca fake”, do livro *Ele adora a desgraça azul*, de Henrique Pimenta (2016). O autor é um cidadão Fluminense, que vive em Campo Grande desde o final de 1995. É professor de literatura em língua portuguesa, atuando no ensino médio. O conto referido é ambientado na contemporaneidade para se relacionar com uma possível transformação das relações sociais num contexto contemporâneo. O escritor exemplifica bem a dependência, a futilidade e a superficialidade de uma família brasileira no século XXI.

Em “Atravessando o psicossamba da louca fake”, narra-se a história de Valentina, que sente orgulho de ser divorciada e receber uma ótima pensão do ex-marido, de ser uma cidadã da classe média Campo-Grandense (pela qual ela sente desprezo), também se orgulha de morar em um apartamento na frente do *shopping* e trocar de carro de dois em dois anos e de frequentar oftalmologista e psiquiatra paulista, e ainda, de poder pagar uma psicóloga que fez seu doutorado na Alemanha.

Valentina tem um filho que se chama Carlos Roberto, que é uma criança excessivamente protegida e dependente dela. Kaká, apelido dado por Valentina, tem uma pequena dificuldade para enxergar de longe, porém, sua mãe se sente orgulhosa de poder levar o filho e poder frequentar a mais luxuosa clínica oftalmológica de São Paulo. Durante suas idas, aproveita para fazer umas comprinhas na grande megalópole do sudeste Brasileiro, porque a vida em Campo Grande é “meia-boca”. Seguindo os conselhos da psicóloga de dar mais independência a Kaká, ela baixa um manual da internet para ajudar o filho a atravessar a rua, mas isso acaba não dando certo, pois a criança tem um ataque de pânico.

Kaká chama a psicóloga particular de bruxa com o incentivo da mãe, por ela criticar a maneira infantil com que Valentina o trata. De acordo com a narração, Kaká chegou à idade crítica, que segundo o entendimento do leitor é a adolescência, porém Kaká ainda

dorme com a mãe, toma mamadeira e Valentina ainda lhe dá banho. Para Valentina, Kaká tem tudo para ser feliz.

Ao estudar a infância e os problemas relacionados a ela, o historiador francês Philippe Ariés (2014, p.100) manifesta-se nos seguintes termos:

[...] na sociedade medieval, a infância não existia, o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças; corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condição de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes.

Houve diversas modificações no modo como as crianças foram sendo tratadas ao longo dos séculos. No entanto, apesar de tais mudanças, diversos relacionamentos entre pais e filhos mantiveram aspectos negativos como a dependência e a infantilização das crianças. No conto de Pimenta, a maneira como Valentina educa seu filho, cria uma relação de dependência e troca de favores, visto que as brincadeiras entre os dois e a necessidade de infantilizá-lo mostram uma dependência da mãe em relação ao filho, para que ele continue sobre sua subordinação, para ela não perder seus privilégios.

Do mesmo modo que as famílias do século XIX tinham a dependência cultural da Europa, valorizando o modelo patriarcal, Valentina tem essa mesma dependência em relação à troca de favores com seu ex-marido, pois é através dessa troca que ela tem o privilégio de fazer compras na cidade de São Paulo. O conto “Atravessando o psicossamba da loura fake” escancara o modo de vida contemporâneo porque, de fato, um filho pode viver uma situação de privilégios, vantagens e luxo, propiciada por seus genitores: “— A doutora disse na lata, a mulher implica até com o apelido carinhoso do meu fofo, que ele deveria aprender a se virar sozinho. Nem o Kaká nem eu concordamos com a bruxa (PIMENTA, 2016, p.24).

A mãe iguala-se ao filho em suas opiniões e ambos recusam-se a mudar suas atitudes, fato que lhe possibilitaria o amadurecimento e uma atitude consciente e crítica em relação à realidade vivida por ambos. A fala da personagem Valentina ressalta a postura superior que ela mantém em relação àqueles que julga serem subalternos e, por serem pagos, eles deveriam baixar a cabeça e dizer o que ela e seu filho desejavam ouvir. Desse modo, instaura-se o “você sabe com quem está falando?”, apontado pelo sociólogo Roberto Da Matta (1997, p. 183-184), em seu livro *Carnavais, malandros e heróis*:

[...] o rito do “sabe com quem está falando?” [...] implica sempre uma separação radical e autoritária de duas posições sociais reais ou teoricamente diferenciadas. Talvez por isso, essa maneira de dirigir-se a um ou outro, tão popular entre os brasileiros, seja sistematicamente excluída dos roteiros - sérios ou superficiais - que visam a definir os traços essenciais de nosso caráter como povo e nação. O “sabe com quem está falando?” [é] revelador de nosso formalismo e da nossa maneira velada (e até hipócrita) de demonstração dos mais violentos preconceitos. [...]

As classes sociais, de acordo com Bakhtin (2006, p. 45), servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. O “você sabe com quem está falando?”, mencionado por Roberto da Matta (1997), tão comum dentro de determinado grupo da sociedade brasileira, diferencia o *status* de quem fala e de quem ouve, mascara a diferença social indiretamente. É o modo de mostrar o controle social e *status*.

No conto, Valentina se sente ofendida mediante a psicóloga, por esta chamar sua atenção, já que ela paga a consulta. Essa cena mostra uma burguesia presunçosa e vaidosa de seus privilégios. O sarcasmo, a insolência e dissimulação são comportamentos reproduzidos tanto em Valentina como em Brás Cubas e, do mesmo modo, o orgulho e a vaidade de Valentina refletem grupos sociais diversos, que quando estão no poder, usam a soberba para oprimir seus subalternos.

Tanto no Brasil colônia, quanto na contemporaneidade, as situações do capítulo de *Memórias póstumas* que comentamos e as do conto de Pimenta assemelham-se, pois ambas ressaltam a dependência e troca de favores. O *status* de ir a um médico na maior capital do país faz Valentina ter a sensação de ser alguém superior aos demais cidadãos campo-grandeses. Diante disso, Valentina e Brás Cubas têm plena consciência de que vivem em uma classe privilegiada. Porém, o comportamento dos personagens reflete uma realidade brasileira na qual a dependência está arraigada na estrutura cultural.

Dessa forma, observa-se que a estrutura de organização do país construiu-se sobre pilares de uma dependência generalizada. Nota-se também que os grandes hospitais com diversos especialistas e Universidades conceituadas concentram-se nas grandes metrópoles, e os cidadãos, que não tem as mesmas prerrogativas de Brás e Valentina, ficam reféns da precariedade e do descaso. Assim sendo, ainda no século XXI, apenas uma pequena parcela da população tem vantagens sobre os demais.

Dessa maneira, a mesma elite continua enviando seus filhos para se formarem nas universidades mais conceituadas do país, concentrando o poder e o saber na mão de poucos. Porém, lentamente, é bom que se sublinhe, atualmente, a palavra não é mais um privilégio de homens excepcionais, dotados de poderes, de dinheiro e de prestígio. Contudo, a persistência desse modelo europeu e patriarcal ainda rege a nossa vida em sociedade e a ficção do passado e a contemporânea empenham-se em recriá-lo, para conscientizar e problematizar situações fossilizadas na realidade brasileira.

Questão de verossimilhança

Segundo Candido, a personagem é um ser fictício, expressão que soa como um paradoxo. De fato, como pode uma ficção ser? Como poder existir? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão “da mais lídima verdade existencial”. Podemos dizer, portanto, que

o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste.

O crítico Costa Lima (2006) assinala que a ficção é um fingimento sem o propósito de enganar, um divertimento que não se esgota em um jogo, sem oferecer, diretamente, o conjunto de valores que o liga a uma certa sociedade. Neste sentido, sendo a literatura um produto da consciência social e fonte para compreensão histórica e política, Machado de Assis e Henrique Pimenta trazem para seus leitores suas visões de mundo e do ser humano de determinada época.

Ainda segundo Candido (2014), no mundo fictício, diferente do caos da vida, as personagens obedecem a uma lei própria, e são mais nítidas, mais conscientes, têm contorno definido. Assim, a verossimilhança propriamente dita, que depende em princípio da possibilidade de comparar o mundo do romance com o mundo real (ficção igual vida), acaba dependendo da organização estética do material, que apenas graças a ela se torna plenamente verossímil. Conclui-se, no plano crítico, que o aspecto mais importante para o estudo do romance é aquele que resulta da análise da sua composição, não da sua comparação com o mundo. Mesmo que a matéria narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá como tal na medida em que for organizada numa estrutura coerente. Também de acordo com Costa Lima (2006, p. 243), a narração sempre foi uma atividade ambígua, que comportava “contar histórias”. O referente crítico também esclarece que a mimese é a viga que acolhe e seleciona os valores da sociedade e os converte em vias de orientação para as obras.

Com base nessas premissas, podemos afirmar que os personagens Brás Cubas e Valentina foram moldados de acordo com sua época e sociedade na qual estão inseridos e ambos são representantes da burguesia, são parasitas que se valem das mesmas armas e artimanhas para garantirem sua sobrevivência livre de sobressaltos e sem precisar trabalhar. Sujeitam-se à dependência de familiares (pai, no caso de Brás, e marido, no caso de Valentina) para manter um estado superior àqueles que os rodeiam.

Considerações finais

Entende-se que é inevitável negar nossa dependência, a nossa formação sociocultural ainda está arraigada em valores e experiências europeias. Também é possível observar que, enquanto a Europa vivia uma história de autoafirmação, o Brasil vivia uma história de negação e rejeição. Após pôr e repor ideias europeias, sempre em sentido improprio, o povo brasileiro precisava encontrar sua essência e foi a literatura, como representante da diversidade humana e suas complexidades, um dos principais meios de autodefinição para que a população obtivesse consciência de seus valores e particularidades. Sendo a literatura um veículo de transformação e de conscientização social, foi necessário que os escritores brasileiros da época tomassem consciência da diversidade existente aqui para construir uma literatura voltada para as especificidades e necessidades de seus leitores.

Porém, o culto à cultura europeia permaneceu, como no exemplo de Valentina e sua relação de dependência com a cidade de São Paulo, que põe em evidência que a dependência contemporânea da elite gira em torno da aparência e do *status*. Pode-se perceber que as relações de poder e troca de favores não desaparecem, foram reconstruídas e transformadas de acordo com as conveniências de determinado grupo social. Essa dependência se projeta em duas polaridades, seja ela para manter o controle, seja ela por necessidade.

Em um sentido amplo, observamos que o Brasil depende dos países desenvolvidos, as metrópoles das megalópoles, o interior das capitais e assim por diante, o cidadão está sempre em estado de dependência, seja ela por questão de *status*, de saúde ou educação. Portanto, é necessário que se formem pensamentos críticos conscientes para que essa dependência, que ainda é muito forte em nosso sistema, sofra alguma mudança e a sociedade possa se transformar e avançar rumo às transformações que são apenas vislumbradas e ainda não concretizadas. Dessa maneira, a ficção do passado e a contemporânea refletem e reverberam os dilemas de dependência, do jeitinho e dos conchavos e da burguesia em busca de *status* que se perpetuaram no universo ficcional e na realidade social brasileira.

THE LEGACY OF CULTURAL DEPENDENCE IN BRAZILIAN LITERATURE: A STUDY OF THE SHORT-STORY "ATRAVESSANDO O PSICODRAMA DA LOURA FAKE", BY HENRIQUE PIMENTA

ABSTRACT: In this article, we aim to study some aspects of Brazilian colonial society and we will point out only some of the historical and cultural characteristics of the legacy of colonization related to literature, such as the culture of behalf and European cultural dependence. As a theoretical support, we used the works and studies by Antonio Candido (2006), Roberto Schwarz (1992) and Mikhail Bakhtin (1989, 2006, 2014). We will make a commentary on chapter XX of *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, by Machado de Assis (1994), followed by the analysis of the short story, "Atravessando o psicodrama da loura fake" by Henrique Pimenta (2016), emphasizing questions of behalf and dependencies contained in these narratives. In short, we note that the issues presented are perpetuated in works of the 21st century, revealing that traces of Brazil colony remain in contemporary Brazilian fiction.

KEYWORDS: Cultural dependence; Patriarchy; Henrique Pimenta; Machado de Assis; Short-story.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo. HUCITEC, 2006.
- BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.11-63.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 140-162.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, Antonio et al. *A personagem de ficção*. 13. ed. São Paulo. Perspectiva, 2014.
- LIMA, Anderson de Oliveira. A história da cultura escrita e suas possíveis contribuições à interpretação bíblica contemporânea. *Revista de história comparada*, ano 9, v. 9, n. 2, 2015, p. 18-35. Disponível em: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/rhc_volume009_Num002_002.pdf> Acesso em: 05 ago. 2017.
- LIMA, Luiz costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

PIMENTA, Henrique. Atravessando o psicossamba da loura fake. In: PIMENTA, Henrique. *Ele adora a desgraça azul*. Itabauna: Mondrongo, 2016, p. 23-27.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

Recebido em: 11/08/2017.

Aprovado em: 16/118/2017.